

Lukács: *Ontologia e Transição*¹

Sergio Lessa – Prof. Dept. de Filosofia da UFAL, membro da editoria da Revista Crítica Marxista

A relação entre a *Ontologia* de Lukács e a transição ao comunismo tem sido motivo de debate entre os estudiosos do filósofo húngaro. Ainda que pelo menos duas posições possam ser inicialmente delineadas, não há, até o momento, uma resposta definitiva à questão².

A primeira posição, de algum modo antecipada por Celso Frederico, foi delineada com firmeza e radicalidade por István Mészáros. Na Parte II de *Para Além do Capital* argumenta como a interiorização pelo filósofo húngaro dos limites históricos da experiência soviética teria comprometido aspectos decisivos de sua investigação ontológica, em especial no que diz respeito às questões da transição. A argumentação de Mészáros resumidamente é que, se não há na *Ontologia* um tratamento sistemático da problemática da transição, isto poderia ser encontrado no opúsculo escrito por Lukács em protesto contra a invasão da Tchecoslováquia pela URSS em 1968, intitulado *Democracia ontem e hoje*. Haveria, segundo Mészáros, entre este texto e a *Ontologia* uma complementaridade, de tal modo que alguns aspectos mais problemáticos da *Ontologia* revelariam todas as suas conseqüências quando relacionados com o opúsculo.

Em *Democracia ontem e hoje* Lukács defende a tese de que a URSS já teria realizado a transição para o socialismo na esfera econômica (com a extinção da propriedade privada dos meios de produção), faltando apenas a realização da transição na esfera político-ideológica. A solução proposta por Lukács para se completar a transição é, para dizer o mínimo, de uma ingenuidade a toda prova: mecanismos formais de democracia que nem superficialmente poderiam abalar as relações de poder existentes. Para citar apenas dois exemplos, defende a rotatividade voluntária dos indivíduos nos cargos de direção do Estado e do Partido e que a população fosse autorizada a tomar decisões como se seria ou não necessário uma farmácia em determinado bairro. Nada acerca da hierarquização das decisões tanto na esfera política quanto na produção; nada acerca da manutenção do trabalho assalariado ou das disparidades de riqueza e status entre a burocracia e os trabalhadores, nada acerca da distância entre as sociedades do bloco soviético e a "livre organização dos trabalhadores associados" concebida por Marx, etc.

¹ Publicado em Costa, G. M. e Souza, R.M. *Curso de Serviço Social – 50 anos em Alagoas*. Edufal, Maceió, 2008.

² Uma versão preliminar deste texto foi apresentado no Colóquio Marx-Engels, organizado pelo CEMARX em 2005.

Isto em se tratando da *Democracia ontem e hoje*. No texto da *Ontologia* Mészáros assinala várias passagens que, segundo ele, revelariam o quanto essa posição política do filósofo húngaro teria marcado sua investigação ontológica. Conclui que Lukács teria uma concepção ainda em parte idealista e marcada pela identidade sujeito-objeto presente em *História e Consciência de Classe*.³

O conjunto composto por *Democracia ontem e hoje* e a *Ontologia* teria confirmado a opinião de Mészáros de que Lukács teria se colocado em um beco sem saída para tratar da Ética. Pois, argumenta, sem a descoberta das mediações (e elas devem, necessariamente, ser em parte políticas) da transição ao socialismo, toda teorização sobre a ética não poderia deixar de ter um acento idealista e, com isto, teria Lukács caído em um eticismo: os valores seriam determinantes na transição ao socialismo.

Contrários a esta posição defendida por Mészáros temos pelos menos dois outros estudiosos da *Ontologia*, Guido Oldrini e Nicolas Tertulian. Ambos tenderiam a uma posição oposta: os problemas da transição seriam tratados na *Ética* que Lukács pretendia redigir (sabemos, ele faleceu enquanto realizava as investigações ontológicas preliminares à *Ética*). Tertulian e Oldrini consideram que as posições de Lukács em *Democracia ontem e hoje* são compreensíveis e razoáveis na situação em que o filósofo húngaro se encontrava na década de 1960; que seria um texto que tinha por objetivo intervir na posição do PC Húngaro naquela conjuntura e que, por isso, teria sido escrito na forma e no tom em que o foi.

Argumentam, ainda – e aqui está a força de seus argumentos – que na *Ontologia* temos muitos elementos que indicam a proximidade, se não a identidade, de Lukács com as concepções de transição e de comunismo de Marx e Engels: a existência do Estado limitada à sociedade de classes, o comunismo como a superação das alienações geradas pelo capital, a incompatibilidade com o modo de produção comunista do patriarcalismo e da propriedade privada, etc. E, além disso, o comunismo como a passagem da pré-história à história, da superação da dicotomia *citoyen-bourgeois*, do desenvolvimento omnilateral dos indivíduos como condição para o pleno desenvolvimento humano-genérico, etc. Lembram ainda que a discussão de Lukács de complexos ideológicos como a filosofia e a arte contém não poucas indicações de que a superação da ordem capitalista teria, para Lukács, um significado muito próximo, senão idêntico, aos de Marx e Engels.

Tanto quanto eu consigo entender deste debate, parece-me que a questão não deve ainda ser considerada resolvida. Há que se voltar ao texto póstumo de Lukács para examinar ao menos três ordens de problemas:

³ Como Mészáros cita da edição húngara da *Ontologia*, apenas recentemente com a chegada ao Brasil de um xérox da edição húngara, tornou-se possível fazer o cotejamento e o exame mais detalhado das passagens que, segundo Mészáros, teríamos na *Ontologia*. Esperamos que em mais alguns anos esta tarefa esteja ao menos inicialmente cumprida.

1) Em primeiro lugar, a relação entre a *Ontologia*, a *Democracia ontem e hoje*, e o *Prefácio de 1967* à edição inglesa de *História e Consciência de Classe*. Neste *Prefácio*, sabemos, Lukács pondera o que considera válido e o que seria um equívoco idealista do seu livro de 1923. Uma dos aspectos que ele considera como ainda válido é a sua afirmação, em "O que é o marxismo ortodoxo?", segundo a qual se todos os resultados a que houvesse chegado Marx em suas pesquisas terminassem sendo falsos, ainda assim sua metodologia permaneceria correta. Sua argumentação, ao fim e ao cabo, é que a ortodoxia no marxismo se refere à questão de método.

Esta é uma concepção incompatível com a tematização do problema na *Ontologia*. Ainda que não encontremos nela nenhum tratamento da questão metodológica de forma sistemática, as muitas indicações permitem compor um quadro coerente e muito rico. Longe de ser o critério da verdade, a metodologia seria a sistematização das experiências passadas na transformação do desconhecido em conhecido; tem a função, frente a um novo desconhecido, de orientar a investigação de modo a que possamos conhecê-lo com o menor esforço e dispêndio de energia possível. Todavia, por ser a sistematização da experiência *passada*, e como a história jamais se repete, o novo desconhecido terá sempre algo de *novum* e, portanto, a experiência passada não é um modelo rígido e imutável a ser seguido, mas apenas uma indicação. Ao terminar a investigação e o desconhecido houver sido incorporado ao conhecido, só então teremos certeza de qual o melhor procedimento investigativo para conhecê-lo. Mas, então, o conhecimento de qual o melhor procedimento metodológico já não mais será necessário, pois o objeto já será conhecido. O método, no contexto da *Ontologia*, confere prioridade ontológica ao objeto em relação à subjetividade e está muito longe de ser um *corpus* rígido independente dos resultados que advêm de sua aplicação. Há, portanto, a nosso ver, uma diferença não negligenciável entre as concepções de método na *Ontologia* e no *Prefácio de 1967*.

Entre o opúsculo *Democracia ontem e hoje* e a *Ontologia*, as divergências também parecem ser ponderáveis. A tese de que na URSS ter-se-ia realizado a transição ao socialismo do ponto de vista econômico, mas não do ponto de vista político e ideológico, depois de pelo menos cinco décadas de revolução, é insustentável à luz da prioridade ontológica do trabalho e, com todas as mediações cabíveis, da economia, na reprodução social. Lukács, nos quatro capítulos decisivos da *Ontologia* (Trabalho, Reprodução, Ideologia e Alienação) argumenta pelos mais diferentes aspectos como o momento predominante da reprodução de qualquer sociabilidade tem na esfera da produção material (imediatamente, a conversão da natureza nos bens indispensáveis à reprodução da sociedade, com as devidas mediações, pelo complexo de relações sociais encarregado da reprodução da base material) seu momento predominante. E, argumenta ainda mais, que a prioridade ontológica da totalidade frente aos complexos parciais que a compõem advém do fato de ser a totalidade a mediação entre a reprodução material e a particularidade de cada complexo.

Ao tratar da ideologia, tanto em sentido mais amplo enquanto concepção de mundo, como também no sentido mais restrito, de ideologias de classe, argumenta, também pelos ângulos os mais diversos, como o fundamento ontológico de cada formação ideológica tem no complexo da economia sua gênese e o momento predominante de sua evolução. E, por fim, ao tratar da política, não há qualquer espaço para se argumentar haver neste texto qualquer autonomia do complexo da economia para com a política que possibilitasse a passagem de um modo de produção a outro sem que ela sofresse alterações substanciais. Ao tratar da transição do feudalismo ao capitalismo, por exemplo, Lukács demonstra como as novas relações de produção trazidas pelo capitalismo inserem na esfera da política novidades radicais inimagináveis no mundo medieval (as revoluções, a cisão do indivíduo em *citoyen* e *bourgeois*, etc.). E argumenta ainda que, na transição à sociedade sem classes, uma mudança ainda mais radical deverá ter lugar na medida em que não é apenas a transição de um modo de transição a outro, mas também a passagem da humanidade de sua pré-história para a história, na conhecida expressão de Marx.

Além disso, uma recente descoberta no capítulo "A Alienação" pela Profa. Norma Alcântara parece indicar que minhas observações acerca do complexo da política em Lukács, apresentadas durante o evento realizado em conjunto pela UFAL e a UNICAMP, em 1996, estariam incorretas (Lessa, 2002). A interpretação da confusa passagem em que Lukács alude a uma pretensa universalidade da política, e que foi por mim interpretada como um indício de que para o filósofo húngaro a política seria um complexo social presente também no comunismo, talvez não seja a mais correta pois, segundo a Profa. Norma Holanda, há no capítulo "A Alienação" pelo menos uma passagem em que Lukács se manifestaria explicitamente em sentido oposto.

Se estas considerações estão longe de serem resolutivas, pelo menos elas permitem postular a hipótese de que não haveria, entre o *Prefácio de 1967* e o opúsculo *Democracia ontem e hoje*, de um lado, e de outro o conjunto da *Ontologia*, uma complementaridade tal como pressuposta por Mészáros. Permite pelo menos postular a hipótese de que Lukács estaria dando uma virada em seu pensamento com a redação da *Ontologia*, virada esta cuja extensão e profundidade sequer ele ainda tinha completa consciência. Possivelmente é esta a razão de a redação da *Ontologia* ter se estendido por uma década, ao final da qual seu autor ainda não estava satisfeito com os resultados. É possível que Lukács, ao sistematizar suas investigações ontológicas, estivesse elaborando algumas formulações, realizando algumas descobertas e tendo alguns importantes *insights* que significam algo novo em sua evolução e que, devido ao seu falecimento, ficaram apenas como indicações de qual seria seu desenvolvimento futuro. E, se este for o caso, talvez tenhamos um campo de problemas e de questões a serem investigadas na relação entre a *Ontologia*, a *Democracia ontem e hoje* e o *Prefácio de 1967* que poderão lançar uma nova luz às concepções de Lukács acerca do problema da transição.

2) a segunda ordem de problemas surge com a publicação de *Para Além do Capital*, de Mészáros. Que há uma relação de continuidade entre a *Ontologia* e o texto de Mészáros é indiscutível tanto pelos muitos fundamentos compartilhados pelos dois pensadores, como também pelo fato de Mészáros assumir explicitamente. Todavia, não resta a menor dúvida que as posições políticas de ambos são muito distintas. É esta diferença, ao fim e ao cabo, que levou Mészáros a deixar a Hungria após 1956, enquanto Lukács optou por lá ficar. E será esta diferença que se manifestará quando Mészáros pondera a seu mestre que, sem a resolução das questões políticas envolvidas no problema da transição, os seus esforços para a elaboração de uma Ética não poderiam alcançar qualquer resultado.

Nesta esfera, a posição de Mészáros é radicalmente oposta à de Lukács, e a história tem dado razão a ele contra seu mestre. Segundo Mészáros, a falência da tentativa soviética de transição ao socialismo teria, ao fim e ao cabo, a mesma debilidade das tentativas sociais-democratas: a estratégia de, a partir do controle dos altos postos de comando do Estado, impor crescentes limites à reprodução do capital até converter a sociedade, de capitalista, em socialista. Todo o peso da argumentação de Mészáros advém da tese marxiana de que o capital, por suas leis imanentes, "férreas", pode ser destruído pela luta do proletariado, mas não pode em hipótese alguma ser controlado e, por fim, extinto, pela mediação do Estado. (Paniago, 2007)

Para demonstrar a atualidade ainda para os dias de hoje desta tese marxiana, Mészáros move-se em um quadro de referências teóricas que tem na *Ontologia* um apoio decisivo e, ainda mais, desenvolve algumas categorias que Lukács apenas tocara em seu texto póstumo. O peso ontológico da categoria da causalidade e da temporalidade no sistema do capital, por exemplo, é um desses momentos, talvez um dos mais ricos, nos quais Mészáros desenvolve e eleva a novos patamares as investigações ontológicas de Lukács.

O mesmo pode ser dito da investigação do complexo da política e da sua relação com o capital: tal como em Lukács, a política é um complexo determinado pela reprodução material da sociedade e, em se tratando das sociedades sob a regência do capital, a política é determinada pelo capital. Deste terreno comum, Mészáros evolui para demonstrar que, neste caso específico, o predomínio do capital sobre a política decorre do fato de ser este a força extra-parlamentar por excelência – do fato de ser o capital a substância predominante nas relações sociais e, por isso, será ele também a força predominante na determinação da política e do Estado. Daqui, segundo ele, o fato de o trabalhador apenas poder ser representado politicamente enquanto trabalhador abstrato, isto é, enquanto trabalho regido pelo capital. E que, portanto, a representação político-parlamentar do trabalhador não seria mediação suficiente para a transição ao socialismo.

A segunda ordem de questões, portanto, diz respeito à relação entre a *Ontologia* e *Para além do capital*: podemos dizer, com segurança, que o texto de Mészáros representa a tentativa revolucionária, não reformista, de tratar da questão da transição a partir da *Ontologia* ou, pelo contrário, não há entre estes dois textos senão uma

relação de antinomia e exterioridade ao tratar desta questão? Claro está, espero, que a resolução desse segundo conjunto de questões está relacionada à primeira questão, isto é, à relação entre a *Ontologia*, o *Prefácio de 1967* e *Democracia ontem e hoje*.

3) o terceiro grupo de questões diz respeito à relação entre o trabalho, trabalho abstrato e classes sociais. Desde a época da redação da *Ontologia*, ou seja, pelo menos desde a década de 1960, uma quantidade ponderável de páginas foi escrita discutindo a tese de que as transformações no capitalismo contemporâneo, em especial as novas formas de organização do trabalho e as novas tecnologias, teriam alterado as classes sociais, sempre com o resultado de tornarem superadas, em parte ou completamente, aqui é indiferente, a determinação ontológica das classes sociais a partir de sua função na reprodução social, ou seja, pelo local que elas ocupam na estrutura produtiva.

Esta é uma vasta literatura que vai pelo menos de Sergio Mallet, no início da década de 1960 até, entre nós, Ricardo Antunes, Marilda Yamamoto, passando por Braverman, Belleville, Negri, Hardt e Lazzarato, Lojkin, para citar apenas alguns.

Estas tentativas de substituição da estrutura produtiva pela relação de assalariamento (Braverman, Belleville, Antunes), ou então pela esfera do consumo (Mallet), como fundamento das classes sociais, apresenta dois problemas decisivos. O primeiro: assume a tecnologia e as formas gerenciais do trabalho em momento predominante no desenvolvimento das relações de produção. As relações de produção seguiriam o desenvolvimento técnico. Ainda que novas tecnologias e formas de controle possam ter um papel mais ou menos importante no desenvolvimento das formações sociais, o momento determinante cabe às relações de produção e não à tecnologia. São as relações de produção que possibilitam e estimulam o desenvolvimento de dadas técnicas e formas de controle do trabalho (as técnicas gerenciais).

Desde a célebre discussão de Lukács com Bukharin, ainda na década de 1920, para não mencionar as passagens explícitas na *Ontologia*, para os lukácsianos este é um ponto firmemente estabelecido e, até recentemente, sequer colocado em questão.

Todavia, tanto a publicação de *Adeus ao trabalho?* e de *Os sentidos do trabalho*, por Antunes, seguido no Brasil pela publicação de *Para além do capital*, de Mészáros, esta questão tem sido colocada com alguma insistência. No caso de Antunes, não resta a dúvida que isto é justificável. Todavia, nada indica que tenha fundamento em se tratando do texto de Mészáros. A insistência com que este último reclama o socialismo como um projeto de salvação da própria humanidade, não significa de modo algum cancelar o que, neste terreno, tem em comum com a *Ontologia* de Lukács: o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, enquanto categoria fundante do mundo dos homens, não se confunde com qualquer outro complexo ou relação social. De forma

liminar, enquanto o trabalho é fundante, todas as outras relações e complexos sociais são fundados. É pela transformação da natureza pelo trabalho que é produzido o "conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta."(Marx, 1983:46).

Em se tratando da sociedade capitalista desenvolvida, essa relação se desdobra de tal modo que, embora nem todo capital seja valorizado no intercâmbio orgânico com a natureza, todo "conteúdo material da riqueza" "social" capitalista é produzido nesta esfera. É isto que leva Marx a afirmar que o proletariado é a única classe que "produz" e "valoriza" o capital (Marx, 1985:188n.70), enquanto que nem toda produção de mais-valia cumpre esta dupla função: ao ser gerada em complexos sociais que não tem por função a transformação da natureza, a mais-valia apenas valoriza (e, não produz) o capital⁴. O exemplo dado por Marx em *O Capital* é o do professor de uma escola privada (Marx, 1985: 106)

Segundo Lukács, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas não revoga esta distinção entre o trabalho (intercâmbio orgânico com a natureza) e as demais atividades geradoras de mais-valia. O mesmo é válido para Mészáros. Para ambos os pensadores, o trabalho não poderá ser superado enquanto existir seres humanos, todavia o trabalho produtivo, uma particularidade do trabalho abstrato, será superado tão logo se supere o sistema do capital.

Nem para Lukács, nem para Mészáros, há uma diluição da classe operária no conjunto dos assalariados já que nenhum deles concebe a superação da distinção ontológica entre o intercâmbio orgânico da natureza com as outras atividades que também geram mais-valia mas não produzem o "conteúdo material da riqueza" social.

Igualmente, nem para Lukács, muito menos para Mészáros, seria o desenvolvimento da técnica o momento predominante da superação das relações de produção capitalistas. São as alterações na essência das relações de produção que possibilitam a alteração essencial nas tecnologias. Neste sentido, Mészáros, no mesmo veio de Lukács, vai argumentar contra as ilusões de que o desenvolvimento da tecnologia levaria por si só à superação do capital: as tecnologias geradas pelo modo de produção capitalista são sempre compatíveis com suas relações de produção e, por isso, podem servir, no máximo, como uma mediação no contínuo processo reprodução, pelo sistema do capital, de seus traços mais alienados, desumanos. Não há em nenhum dos dois pensadores qualquer movimento no sentido de converter a técnica em momento predominante na superação de dadas relações de produção por outras e, muito menos, de dissolução do trabalho (e, portanto, do proletariado) no trabalho abstrato (e, portanto, nos assalariados em geral).

⁴ Tratamos dessas questões em Lessa, 2007.

Concluindo: o problema da transição na *Ontologia* está longe de ser uma questão resolvida. Há questões decisivas sob investigação, algumas delas deverão ser esclarecidas pela análise imanente dos textos, outras talvez levem mais tempo. A continuidade das investigações do texto de *Para além do capital* e, também, de *O capital* de Marx, certamente trarão contribuições a estas investigações. Todavia, há também um campo em que parece estarem todos os estudiosos de Lukács, em especial da *Ontologia*, de acordo. Para o filósofo húngaro, a transição para o socialismo deverá:

1) representar a passagem da pré-história da humanidade à sua história. Isto é, a humanidade deverá assumir conscientemente o seu papel de demiurgo da sua própria história; levando-se ao seu ser-para-si. (Lukács, 1981b:506-8; Lukács, 1990:290)

2) para tanto será imprescindível a reorganização da produção dos meios de produção e dos meios de subsistência (ou seja, do intercâmbio orgânico com a natureza), substituindo o trabalho abstrato pela livre organização dos trabalhadores associados e, portanto, pelo trabalho associado;

3) que os pontos anteriores requerem a superação das classes sociais, do Estado e do casamento monogâmico.

4) por fim, que na etapa de transição jogará um importante papel momentâneo, e como mediação para o fenecimento do Estado, a ditadura do proletariado, isto é, a forma mais radicalmente democrática do poder político: o poder dos trabalhadores para a destruição dos remanescentes das relações sociais capitalistas.

5) que na sociedade emancipada, comunista, a ética será uma mediação tão presente na vida cotidiana quanto hoje o é o individualismo burguês.

Bibliografia

Lukács, G. (1981a) *Ontologia dell'Essere Sociale*. Vol I, Ed. Rinuiti, Roma.

Lukács, G. (1981b) *Ontologia dell'Essere Sociale*. Vol II, Ed. Rinuiti, Roma.

Lukács, G. (1990) *Prolegomini*. Ed. Guerini e Associati, Nápoles.

Mészáros, I. (2002) *Para Além do Capital*. Boitempo, São Paulo.

Lessa, S. (2002) "Lukács: direito e política" in Pinassi, M. O. e Lessa, S. (orgs) *Lukács e a atualidade do Marxismo*. Boitempo, São Paulo.

Lessa, S. (2007) *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. Cortez Ed., São Paulo.

Paniago, M. C. S. (2007). *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. EDUFAL, Maceió.

Marx, K. (1985) *O capital*, tomo II, volume I. Ed. Abril Cultural.

Marx, K. (1983) *O capital*, tomo I, volume I. Ed. Abril Cultural.